



Nº 147 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.001591/2004-47. Representante(s): SDE Ex Offício. Representado(s) Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal - CRM/DF (Adv.: Giselle Crosara Lettieri Gracindo), Associação Médica dos Hospitais Privados do DF - AMPH-DF (Adv.: Osiris de Azevedo Lopes Filho, Othon de Azevedo Lopes, Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro, Renato Soares Peres Ferreira, Marcus Flávio Horta Caldeira, Renato Lôbo Guimarães, Bruno Rodrigues Pena), Associação Médica Brasileira (Adv.: Osiris de Azevedo Lopes Filho, Osiris de Azevedo Lopes Neto, Othon de Azevedo Lopes, Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro, Mayla Cavalcanti de Araújo, Daniele Nemésio de Albuquerque, Thaísa Barreto Baeta, Renato Soares Peres), Sindicato dos Médicos do Distrito Federal e Dr. Joaquim de Oliveira Fernandes, presidente da AMPH-DF (Adv.: Osiris de Azevedo Lopes Filho, Othon de Azevedo Lopes, Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro, Renato Soares Peres Ferreira, Marcus Flávio Horta Caldeira, Renato Lôbo Guimarães, Bruno Rodrigues Pena). Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Superintendente Adjunto e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.529/11, decido, com fundamento no art. 220 do Regimento Interno do CADE, pela convalidação do presente Processo Administrativo em Processo Administrativo para Imposição de Sanções Administrativas por Infrações à Ordem Econômica, passando as normas processuais previstas na Lei nº 12.529/11 a ter aplicação imediata, exceto para as fases processuais concluídas antes da vigência da lei, e sendo respeitados todos os atos praticados com base na Lei nº 8.884/94. Nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 e do art. 156, §1º, do Regimento Interno do CADE, opina-se pela condenação dos Representados pela prática de infrações à ordem econômica capituladas no artigo 20, incisos I, II e IV, c/c artigo 21, incisos II, V, X, XIV ambos da Lei nº 8.884/94, que correspondem aos dispositivos ora vigentes do art. 36, incisos I, II e IV, c/c Art. 36, § 3º, incisos, II, IV, VIII, XII ambos da Lei nº 12.529/2011, e determina-se que sejam remetidos os presentes autos ao Tribunal Administrativo do CADE para julgamento.

Nº 148 - Ref.: Ato de Concentração nº 08700.000089/2013-51. Requerentes: Ticket Serviços e Participações Ltda. e Business Investments S.A.... Advogados: Paola Petrozziello Pugliese, Aylla Mara de Assis, Lauro Celidonio G. dos Reis Neto e Ana Bátia Glenk Ferreira. Decido pela aprovação, sem restrições.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 388ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2012

Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília-DF. Compareceram: Herbert José de Almeida Carneiro (Presidente do Conselho), Vitore André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alamiro Velludo Salvador Netto, Alvino Augusto de Sá, Davi de Paiva Costa Tangerino, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Marden Marques Soares Filho, Pedro Sérgio dos Santos, Rodrigo Duque Estrada, Augusto Eduardo de Souza Rossini e Suzann Flávia Cordeiro Lima. Justificaram Ausência Fabiana Costa de Oliveira Barreto, Maria Ivonete Tamboril e Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes. Estiveram presentes os seguintes participantes externos ao Conselho: André Luiz de Almeida e Cunha, Maria V. Gomes, Marcio M. Miranda, Gelson Treesleben, Murilo A. de Oliveira, Marcos Henrique do Carmo, Wellington Coelho, Washington França da Silva, Kezia L. Rodrigues Torres, Nilomar dos Santos Farias, Marcelo Diniz, Cláudio Tosto, Dirceu Augusto Siilva, Mauricio Kuehne, Lourival Gomes, Naum Pereira de Sousa, Fernando Martins, Mara Fregapani Barreto, Tedney Moreira da Silva, Valdirene Daufemback, Luiz Fabricio Vieira e Andresa Porto. Prestaram apoio logístico Jussara Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson Alves e Rafael Costa. O Presidente do CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião saudando a todos os presentes. Em seguida o Presidente do CNPCP informou aos demais conselheiros sobre a nomeação dos novos membros do Conselho, deste modo completando o número legal de membros para o funcionamento do mesmo. Informou o calendário de inspeções prioritárias a serem realizadas ainda no ano de 2012, bem como o novo calendário de 2013 constando nomes e Estados da Federação que serão visitados pelos conselheiros. Em seguida informou que a Doutora Maria Tereza participa da reunião e apresentará a proposta de modificação da resolução nº 09 que trata das Diretrizes de Arquitetônicas para a construção das Unidades Prisionais. A Conselheira Suzann informou que haverá no final de outubro um evento que discutirá arquitetura prisional e gestão prisional, no qual será publicado um artigo encaminhado pela mesma e pela Doutora Valdirene tratando sobre a Resolução nº 09. Disse ainda que foi aprovado o primeiro curso de especialização em gestão prisional sobre arquitetura prisional a ser realizado pela UFAL. Ainda com a palavra solicitou informações sobre a divulgação do prêmio de monografias 2012 sobre arquitetura prisional e foi informada que o material de divulgação encontra-se em fase e confecção para que se proceda a referida divulgação. A Conselheira informou que conseguiu aprovar uma pesquisa sobre os projetos de arquitetura confeccionados com base na resolução nº 09, tendo como objetivo a elaboração do manual de orientação para a elaboração de novos projetos. Disse ainda que houve a divulgação dos dados sobre a diminuição da violência em Alagoas com base no programa de segurança pública - força nacional, momento no qual manifestou preocupação quanto aos índices apresentados. O Con-

selheiro Rodrigo saudou a todos e disse estar preocupado quanto ao fato de que a secretaria de administração penitenciária do Rio de Janeiro está em pé de guerra com a defensoria pública daquele Estado, tendo em vista ao não atendimento de pedido da defensoria para que a secretaria apresentasse o número exato de presos recolhidos nas unidades superlotadas. O Conselheiro Pedro Sérgio informou sobre a necessidade de realizar as inspeções mais urgentes ainda em 2012, bem como o retorno dos membros do CNPCP aos Estados visitados para a apresentação do relatório em Audiência Pública, com a presença dos diversos órgãos da execução penal, entendendo como prioridade a visita ao Estado de Pernambuco. Disse também que o MPGO vem fazendo pressões no sentido de ser agilizado o processo no conselho nacional do ministério público para o afastamento do Senhor Demóstenes, tendo em vista que o mesmo exerce atividades no MPGO. Informou ainda que o MPGO não se manifestou no sentido do afastamento do Chefe da Agência Prisional - Senhor Edmundo, tendo em vista que o mesmo foi a pessoa que contribuiu para a não investigação de fatos ocorridos no caso do Senhor Carlos Cachoeira. Indagou à Conselheira Suzann sobre a possibilidade de disponibilizar ao Conselho a grade curricular do curso de arquitetura prisional. Falou ainda que na reunião passada havia apresentado uma proposta sobre efeitos da prisão ilegal, momento no qual apresentará o texto sobre o referido tema. O Conselheiro Alvino cumprimentou a todos e comunicou que o Doutor Herbert apresentou palestra sobre execução penal no Brasil, momento no qual parabenizou o mesmo e solicitou que o referido trabalho seja publicado na revista do CNPCP. O Conselheiro Alamiro comunicou sobre o manifesto apresentado pelo IBC-CRIM no que se refere a reforma do código penal bem como a existência de diversos outros movimentos, inclusive com a realização no Largo de São Francisco (São Paulo) de um ato em defesa do Direito Penal, contando com a participação de várias instituições jurídicas e sociedade civil. Comunicou ainda que o conselheiro Alvino será homenageado pela Universidade de São Paulo no dia 10/10/2012 na sala da congregação da faculdade de direito da USP, momento no qual convida todos os presentes a participarem do referido evento. Disse que caso haja interesse do doutor Herbert em publicar seu artigo na revista de ciências criminais, ele (Alamiro) se encarregará dos procedimentos necessários junto à Diretoria da referida revista. Informou que conversou com o Doutor Carlos Eduardo Japiassú sobre a possibilidade da republicação do livro sobre Monitoramento Eletrônico, após realizadas as devidas atualizações com o objetivo de uma edição comercial, momento no qual propôs ao Presidente a criação de uma comissão para a operacionalização dos trabalhos. O Conselheiro Davi Tangerino parabenizou o Conselheiro Alvino pela homenagem prestada ao mesmo pela Universidade de São Paulo. O Presidente aprovou a criação da comissão do CNPCP para a reformulação da publicação sobre Monitoramento Eletrônico, ressaltando a importância da criação de regras normativas para a seleção dos presos a serem monitorados eletronicamente. O Conselheiro Vittore informou que participará da homenagem ao doutor Alvino, informou que fez um pleito recente ao Senado para que houvesse a extensão do prazo para apresentação de emendas ao Código Penal, prazo este vencendo no início do mês de outubro. Disse entender necessária a contribuição do CNPCP apresentando emendas sobre a questão da reforma penal, como forma de valiosa contribuição. Informou também que na semana passada acompanhou a Defensora Geral de São Paulo em audiência com o Governador para tratar do Sistema Prisional de São Paulo, tendo em vista o elevado crescimento da população carcerária naquele Estado. Informou sobre a existência de um trabalho de um defensor público da Bahia sobre qual o impacto haveria no sistema prisional com a aprovação do novo código penal, concluindo que ocorreria um aumento de 30 por cento a mais no cumprimento de pena, o que gera preocupação aos administradores do sistema prisional. O Conselheiro Alamiro informou que hoje o que se verifica são dois posicionamentos em relação a reforma do código penal, tendo em vista que até mesmo os membros da comissão entendem que da forma que está não é recomendável que seja aprovado, momento no qual propôs que seja criada no âmbito do CNPCP uma pequena comissão para abordar o assunto. A Sugestão foi prontamente aprovada pelo Presidente do Conselheiro, tendo designado o Conselheiro Vittore como Presidente da mesma, objetivando a criação de proposta a ser encaminhada ao Senado Federal, devendo participar deste processo a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. O Conselheiro Pedro Sérgio disse que entende ser pertinente que cada conselheiro possa buscar o governo do seu Estado (na figura do Governador) e procurar sensibilizá-lo no sentido de criar impacto na base parlamentar que votará o projeto de reforma do código Penal. O Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
Presidente

ATA DA 389ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2012

Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília-DF. Compareceram: Herbert José de Almeida Carneiro (Presidente do Conselho), Vitore André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alamiro Velludo Salvador Netto, Alvino Augusto de Sá, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Fabiana Costa de Oliveira Barreto, Fernando Braga Viggiano, Luis Geraldo Lanfredi, Luiz Guilherme Mendes de Paiva, Maria Ivonete Tamboril, Pedro Sérgio dos Santos, Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Suzann Flávia Cordeiro de Lima. Justificaram Ausência Davi de Paiva Costa Tangerino, Erivaldo Ribeiro dos Santos, Frmaciele Silva Cardozo, Marden Marques Soares Filho e

Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes. Estiveram presentes os seguintes participantes externos ao Conselho: Lígia Maria Alves Pereira, Verônica Silva, Heloisa Adario, Gisele Peres, Valdirene Daufemback, Luiz Antonio Bressane, Adelmara Rocha, Renato Pinto, General Monteiro, Marcio Andrade de Oliveira, Luyza Q.P. Marcos Henrique do Carmo, Tereza Avilia Carvalho, André Albuquerque Garcia, Washington França da Silva, Wellington de Jesus F. Coleho, Marcus Patury, Augusto Silva, João Carvalho Coutinho Júnior, Kércio Silva Pinto, Jackson Cerqueria, Kenia Torres, André Luiz de Almeida e Cunha, Mauricio Kuehne e Marcio Meirelles de Miranda. Prestaram apoio logístico Jussara Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson Alves e Rafael Costa. O Presidente do CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião saudando a todos os presentes. Após a aprovação da Ata da 388ª Reunião Ordinária do Conselho, deu posse aos conselheiros Luiz Geraldo Lanfredi e Fernando Braga Viggiano (conselheiro reconduzido). O conselheiro Lanfredi saudou a todos e disse da honra que sente em poder participar deste Colegiado, bem como contribuir para a discussão dos nortes da política criminal Brasileira, considerando a dignidade da pessoa humana como o principal ponto. O conselheiro Fernando cumprimentou a todos e disse ser motivo de honra poder retornar ao CNPCP e continuar contribuindo para a política criminal e penitenciária do país. O Presidente informou ao conselheiro Fernando sobre a existência de uma comissão do CNPCP para a reforma do Código Penal (artigos 43 a 96) e solicitou a contribuição do mesmo nos referidos trabalhos. Em seguida designou o conselheiro Lanfredi para apresentar parecer com o objetivo da elaboração de uma resolução do CNPCP sobre a remissão pelo estudo, tendo como base nota técnica encaminhada pelo DEPEN ao Conselho. Informou que o conselheiro Pedro Sérgio apresentou uma proposta sobre prazos do processo penal e de execução penal e alteração da detração penal, a qual será objeto de estudo pelo colegiado, momento no qual designou o conselheiro Alamiro como relator. O conselheiro Vittore cumprimentou a todos, saudando, em especial, os conselheiros recém empossados e informou que realizará inspeção nas unidades prisionais do DF nos dias 30 e 31/10/2012, em parceria com a Ouvidoria Geral do DEPEN. Informou ainda que a Comissão do CNPCP para a reforma do Código Penal já se encontra em atividade e apresentará o resultado final dos trabalhos em aproximadamente duas semanas, tendo em vista que o Senado alongou os prazos. Destacou também que o Senado tem como objetivo a formação de uma comissão para a reforma da Lei de Execução Penal, fato a ser confirmado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, ainda nesta reunião. O conselheiro Alamiro cumprimentou a todos e em especial os conselheiros Fernando e Lanfredi, dizendo da importância dos mesmos na composição do colegiado, tendo em vista o relevante conhecimento de ambos nos temas da competência do CNPCP. Informou que sugeriu, na reunião passada, a inclusão na pauta desta reunião do tema Nexa de Causalidade para debate do Colegiado, o que contaria com o amparo de parecer do Dr. Juarez Tavares, entretanto solicitou à Secretaria do Conselho a suspensão da referida pauta, tendo em vista movimento da USP e UERJ no sentido de que o Código seja refutado na sua integralidade, motivo de consenso na comunidade jurídica e que seria adequada, portanto, discussão técnica posterior e posicionamento oficial do Conselho. O conselheiro Alvino saudou a todos e parabenizou os conselheiros recém empossados. Em seguida agradeceu ao Presidente do CNPCP e ao Conselheiro Alamiro pelo ofício encaminhado à Universidade de São Paulo em sua homenagem quando da cerimônia realizada pela referida instituição. O Conselheiro Pedro Sérgio parabenizou os conselheiros recém empossados e informou que foi agendada data para a posse dos membros do conselho penitenciário do Estado de Goiás, tendo sido convidadas autoridades do Estado e no momento da cerimônia o Secretário de Segurança Pública daquele Estado não compareceu, bem como não justificou o motivo. Disse que o Estado de Goiás é o único da Federação no qual o Secretário de Segurança Pública preside o Conselho Penitenciário, momento no qual solicita ao CNPCP posicionamento oficial sobre a questão apresentada, tendo em vista que a mesma contraria recomendações do próprio CNPCP. Em seguida e resumidamente o Conselheiro Pedro Sérgio apresentou a proposta do projeto de lei que dispõe sobre prazos no processo penal e no processo de execução e altera o instituto da detração (artigos 1º e 2º). O Presidente do Conselho convidou a Doutora Lígia Maria Alves Pereira - Coordenadora Geral da Secretaria Geral da Presidência da República a compor a mesa e apresentar a Proposta preliminar de Diretrizes para a Política e Sistema Nacional de Participação Social. Em seguida o Presidente do CNPCP colocou o assunto em discussão e após as várias manifestações técnicas dos conselheiros e, em especial do conselheiro Rossini, contando também com a intervenção da Ouvidora Geral do DEPEN - Dra. Valdirene Daufemback, a apresentação foi encerrada. A Conselheira Suzann cumprimentou a todos e aos conselheiros recém empossados. Em seguida informou ao Colegiado que o sistema prisional de Alagoas está sendo totalmente privatizado, inclusive já tendo sido realizada a licitação, o que para ela é motivo de preocupação e entende que o CNPCP deve acompanhar de perto o assunto. Agradeceu a Doutora Valdirene por ter aberto mão de uma publicação da Ouvidoria Geral do DEPEN, possibilitando, deste modo, que a resolução sobre arquitetura prisional elaborada pelo CNPCP possa ter sua tiragem confeccionada. Informou que participou juntamente com a Doutora Valdirene da reunião com o Ministério das Cidades para discutir a questão dos planos diretores e a inserção das discussões sobre sistema prisional e que a representante técnica daquele Ministério se colocou a disposição para as referidas discussões, porém não houve avanço uma vez que o Ministério das Cidades está reavaliando a metodologia de planejamento urbano para posteriormente solicitar a dos planos diretores. Disse que encaminhou uma mesa temática para um evento de grande importância sobre planejamento urbano, que ocorrerá em Recife em março de 2013, com a participação de Universidades e com objetivo de inserir o assunto para discussão em nível nacional, momento no qual tema da privatização foi amplamente debatido entre os con-